



Revista do Corpo Discente do Programa  
de Pós-Graduação em História da UFRGS

## **O BRASIL REGIONAL DE FREYRE E AMADO: ELOS ENTRE IDENTIDADE NACIONAL, HISTÓRIA E LITERATURA**

Carolina Fernandes Calixto<sup>1</sup>

**Resumo:** Trata-se de uma reflexão acerca da questão da identidade nacional a partir de uma investigação no campo da história dos intelectuais e das relações entre história e literatura. Objetiva-se compreender a lógica dos processos de construção de sentidos de forma a historicizar a formação de modelos de identidade nacional que encontram-se proximamente relacionados a diretrizes políticas governamentais. O enfoque do estudo em dois intelectuais que são considerados intérpretes do Brasil, contribui para o debate a respeito dos ideários de nação e regionalismo tal como eram concebidos na época de produção literária destes autores e como passam a ser ressignificados em tempos de globalização.

**Palavras-chave:** Gilberto Freyre. Jorge Amado. História e Literatura. Identidade Nacional

### **Introdução: aproximações entre história, literatura e identidade nacional**

Propõe-se neste artigo fazer um breve levantamento de algumas possibilidades que o estudo de intelectuais e suas obras literárias podem abrir ao historiador ou cientista social na investigação de processos históricos, como é o caso dos processos de produção de sentido e de formação de identidades, sobretudo nacionais. Neste caso específico, trabalhar-se-á com dois autores brasileiros que são conhecidos por elaborarem um modelo de representação nacional com base no regionalismo e no ideário da posituação do caráter mestiço da sociedade brasileira: o sociólogo Gilberto Freyre e o romancista Jorge Amado.

A fim de se evitar o perigoso campo do senso comum, é necessário antes de tudo esclarecer e delimitar que tipos de relação entre história e literatura serão utilizados, bem como que definições de literatura e de identidade serão empregadas para tal

empreendimento. Começamos, portanto, fazendo um balanço do debate acadêmico que cerca a definição do conceito de identidade nacional.

Muitos autores no campo das Ciências Sociais que têm se dedicado ao assunto na contemporaneidade, tal como Lévi-Strauss, compartilham do pressuposto de que as culturas são dinâmicas e as identidades, situacionais e contrastivas. Assim, vem ocorrendo um processo de desmonte da noção de identidade, pois seu conteúdo seria vazio e seu caráter meramente operatório por se limitar a estabelecer diferenças em relação aos diversos “outros”. Do lado oposto deste debate, encontra-se a corrente representada por parte da escola culturalista norte-americana dos anos 1930 e 1950, que afirmava a existência de uma “alma” ou “essência” da identidade nacional. (GOLDSTEIN, 2003, p.28-30).

Numa ânsia de superar a ideia de “essência” imutável da cultura, alguns autores contemporâneos acabaram por galgar o caminho oposto, o da negação. Entretanto, não se pode abrir mão de se estudar algo que tem um significado social e que direciona a vida de indivíduos e sociedades. Isto também porque, mesmo descartando a existência de uma “personalidade coletiva”, as culturas nacionais apresentam repertórios simbólicos próprios que se pautam em vivências empíricas e estabelecem modelos sociais de conduta, frutos de uma negociação simbólica. (AZEVEDO, 2003, p.44).

Mais rica, portanto, seria uma análise centrada no conceito de “memória cultural”, do historiador alemão Jan Assmann (apud GOLDSTEIN, 2003, p.30), definida como uma

[...] memória supra-individual, a armazenar conteúdos que orientam ações e vivências nas interações dentro de uma sociedade. Trata-se de um “estoque” de textos, imagens, símbolos e ritos que possibilitam a construção da identidade. [...] É um saber coletivo partilhado sobre o passado, no qual cada grupo assenta sua consciência de unidade e autenticidade.

A partir deste pressuposto, pode-se entender o processo de construção identitária enquanto um “embate dialético” entre os “elementos recorrentes de um repertório cultural” e “a seleção contrastiva, situacional e política de certos valores ou comportamentos”. (GOLDSTEIN, 2003, p.32). Levando-se em consideração que a identidade se define fortemente pela alteridade, pela diferença em relação ao Outro, torna-se necessário, portanto, uma codificação continuamente renovada das diferenças culturais que definem a distinção dos grupos vizinhos. Neste sentido, a identidade se

define também como “um jogo simbólico no qual a eficácia depende do manejo competente de elementos culturais”. (MONTERO, 1997, p.63).

Seguindo a tendência da antropologia pós-moderna apontada por Paula Montero, interessa a esse estudo não só interpretar os modelos culturais a partir dos quais os elementos culturais ganham sentido, mas, sobretudo entender “a lógica dos interesses que dão poder de mobilização (vida) a essas representações”. (MONTERO, 1997, p.64). Tomando-se o cuidado de não reduzir a questão nacional a um simples artefato político, artificial e superficial, Cecília Azevedo defende a ideia de que a identidade nacional é resultante de uma disputa entre as diferentes histórias sobre a autoidentidade de uma nação pautadas nos diferentes símbolos de sua unidade. Desta forma, porque contingente, plástica, móvel, flutuante e mutável em muitos aspectos, a identidade coletiva teria um caráter múltiplo, fruto da tensão entre projetos e necessidades concorrentes que se definiria pela conformação conjectural interna e externa à nação. (AZEVEDO, 2003, p.43-44).

Assim sendo, esta tensão fica ainda mais evidente em momentos de mudança de regime político, pois, com a ascensão de certos grupos ao poder, que se caracterizam por interesses políticos, econômicos e ideológicos específicos, a “representação simbólica” oficial do nacional se torna objeto de preocupação e intervenção, ainda que os sentimentos coletivos não possam ser deduzidos diretamente das versões oficiais patrocinadas pelo Estado. (AZEVEDO, 2003, p.46). Isto porque a disputa entre projetos de identidade nacional que se pretendem hegemônicos se dá concomitantemente à disputa no campo político e assim, um destes projetos é reificado em detrimento dos outros quando o grupo político que o representa sai vitorioso. Uma vez no poder, esse grupo tem a possibilidade de ditar o discurso nacional “oficial”, e de tentar legitimá-lo através do aparelho de Estado.

Seguindo os recentes estudos a respeito da história dos intelectuais e de seus elos com a história política, torna-se interessante neste ponto destacar o papel dos intelectuais no processo de produção e de legitimação de discursos formadores de identidades. Observa-se que o intelectual ou o artista, ao exercer a função de mediador sócio-cultural pode usar da sua “posição de exterioridade com relação à esfera política para proferir uma palavra ao mesmo tempo autorizada e carismática”. (AZEVEDO, 2003, p.36). Por este motivo, a literatura e a arte como um todo teriam uma grande possibilidade de generalizar certas formas de pensar e agir devido à sua forte influência na sociedade.

Sendo assim, cabe aqui analisar que definições de literatura e que tipos de relações com a história contribuem nesta investigação.

Para além de toda a complexidade que uma obra literária pode apresentar para um estudo em Ciências Sociais, e para a História, particularmente, neste estudo convém trabalhar com o conceito mais amplo do que o usual (de documento histórico), proposto por Jacques Le Goff e citado por Margarida de Souza Neves (2004, p.80):

[...] o texto literário fornece uma chave que permite desvendar *os segredos da alma e as qualidades do espírito* do autor e, ainda, os meandros *de todas as experiências da sua vida* àqueles leitores dispostos a *matar o temor* e descobrir a vida através da aparente opacidade das letras impressas.

Partindo do pressuposto de que o autor imprime em sua obra tanto a sua memória pessoal quanto a sua experiência histórica (NEVES, 2004, p.81), podemos considerar que um romance, ainda que seja uma obra de arte, é um artefato historicamente situado, transcendendo e ao mesmo tempo se vinculando ao seu tempo e lugar de produção. (NEVES, 2004, p.83). Isto porque a capacidade criativa do autor vai se desenvolver dentro de um campo de possibilidades que restringe a sua liberdade de escolha. Sendo assim, para além do talento e genialidade de cada um, podemos conceber a obra literária enquanto parte da dinâmica social e, por isso, passível de uma análise racional. (FACINA, 2004 p.10).

Além disso, o próprio campo literário é suscetível às dinâmicas sociais, tal como sugere Terry Eagleton (2006, p.1-24) ao discorrer acerca da natureza da literatura a partir da forma como é definida, dizendo que “os juízos de valor que a constituem são historicamente variáveis e se referem, em última análise, não apenas ao gosto particular, mas aos pressupostos pelos quais certos grupos sociais exercem e mantêm o poder sobre outros”. Sendo assim, não haveria uma categoria “objetiva”, descritiva, única para a sua conceituação, uma vez que, tal como as obras, o próprio campo que as engloba sofreria constantemente a influência das transformações sociais e das relações de poder que continuamente são tecidas.

Podemos perceber então, que a consagração de certos autores e obras em detrimento de outras, faz parte de um processo histórico pelo qual se define o que é ou não belo, o que é ou não arte (FACINA, 2004, p.32) e também, o que é ou não literatura. A variação desses critérios se dará, portanto, no tempo e espaço de acordo com determinadas representações de cultura acionadas e reificadas por certos grupos sociais que ascendem politicamente.

Cabe ressaltar que esta discussão perpassa a própria forma como as sociedades constroem a sua autoimagem a partir da seleção de um repertório cultural específico, que é em parte constante e em parte variável, e que justifica o seu orgulho nacional. Ilana Seltzer Goldstein faz um interessante paralelo entre o caso brasileiro e o alemão, a partir dos estudos de Norbert Elias sobre civilização e cultura. Segundo a antropóloga, a “comunidade imaginada” brasileira assemelhar-se-ia à alemã no que diz respeito à forma como garante certa “comunidade espiritual e intelectual”. Para ela,

Também entre nós o orgulho nacional não costuma residir no funcionamento da sociedade, na política, na economia, na democracia [...]. Nossa autoimagem ressalta aspectos mais próximos do conceito alemão de *kultur*, abrangendo as realizações humanas particulares na música, na dança, nos esportes, na religião e nas relações pessoais. (GOLDSTEIN, 2003, p.37-38).

Ainda que esta proposição possa parecer um pouco simplista, ela reflete o quanto que as representações sociais são complexas, pois nunca traduzem fidedignamente a realidade. Sempre são formadas por seleções, distorções e transformações de dados reais sendo, portanto, necessariamente redutoras. Entretanto, a importância de seu estudo está em compreender a sua eficácia na sociedade, ou seja, “por que e para quem” fazem sentido. (GOLDSTEIN, 2003, p.34).

Desta forma, mesmo que não dê conta da totalidade, o ponto de vista da autora reflete um imaginário sobre a identidade nacional brasileira que é compartilhado por muitos autores, como Gilberto Freyre e Jorge Amado, e reificado através de seus discursos que ganham um expressivo alcance social pelo seu apelo popular.

Partindo deste ideário de cultura brasileira e do fato que usualmente obras literárias são consideradas enquanto arte,<sup>2</sup> sendo valorizadas segundo o mesmo, pode-se entender como a literatura apresenta-se enquanto um forte canal de expressão de projetos de identidade nacional que se configuram historicamente e concorrem entre si, a fim de se tornarem hegemônicos.

É neste sentido que um dos principais embates no campo artístico-intelectual contemporâneo em torno da relação entre os intelectuais e o papel da arte no contexto social se desenvolveu, opondo duas correntes antagônicas principais, desde pelo menos o século XIX: a que defende “a arte pela arte” e a que entende a arte enquanto atividade politicamente engajada. Segundo a primeira, a arte seria uma esfera à parte da sociedade, com um fim em si mesma, não sendo de sua competência a intervenção nos assuntos públicos. Já a segunda prevê a responsabilidade dos intelectuais em assumir

compromissos em relação à coletividade, advogando a ideia de obra literária como uma formulação estética de imperativo ético. (GOLDSTEIN, 2003, p.37-38).

Em *Literatura como Missão*, Nicolau Sevcenko (2003, p.99) mostra como os intelectuais brasileiros do fim do século XIX, num momento de grandes transformações (abolição da escravidão, instauração da república, crescimento das cidades etc.), se viam não só como agentes sociais ativos dessa transformação, como também a própria condição para a realização delas. Assim, tomada por um sentimento nacionalista, essa elite intelectual, de pensadores e artistas, tendia a pensar a criação e a reprodução cultural de forma pragmática, uma vez que estas só seriam válidas enquanto instrumentos de mudança social.

Para Sevcenko (2003, p.100), esse fenômeno parece ter ocorrido também em outras sociedades da época caracterizadas por altas taxas de analfabetismo e processos de transformações estruturais vertiginosos. Desse modo, ficaria bastante nítida a relação entre desenvolvimento cultural e crescimento material no período.

Ao que parece, portanto, em momentos de grandes transformações estruturais e de tensões sociais, durante os quais novas relações sociais são formadas e identidades atualizadas, há uma forte tendência das elites intelectuais em atribuir um maior valor político-social ao papel das formas artísticas e culturais na sociedade.

### **Otimismo e regionalismo: o ideário de Gilberto de Freyre e Jorge Amado**

Foi num desses momentos de transformações sociais e redefinições culturais que o sociólogo Gilberto Freyre e o escritor baiano Jorge Amado vão se destacar no debate intelectual a respeito da identidade nacional que ficou em evidência, sobretudo, com o Movimento Modernista de 1922. Com o fim da Primeira Guerra Mundial, o crescimento das cidades e de novos grupos profissionais e intelectuais no Sudeste, o modelo agrário começou a enfraquecer e um novo ímpeto de reformas e de conciliação do Brasil com a modernidade começou a surgir. Fazia-se necessário superar o sentimento de “não definição do ser nacional”, de uma “não identidade da nação” e de uma “inadequada e insatisfatória construção de laços com o lugar” (DUTRA, 2000) que era compartilhado por uma grande parcela da elite letrada brasileira ao longo do século XIX em virtude da forte influência de ideologias racistas vigentes na Europa do final do século XVIII e século XIX. Ao adotarem os parâmetros “meio” e “raça” como centrais para a compreensão dos males do país, a inevitável constatação da mestiçagem do povo

brasileiro levava os intelectuais brasileiros adeptos destas teorias a um impasse. (BAGGIO, 1998, p.27-28). A mistura racial apresentava-se desta forma como um inegável fator de degeneração e declínio da sociedade brasileira que dificultava a elaboração de uma identidade nacional positiva, bem como a expectativa em um futuro próspero para a nação.

Neste aspecto, o Movimento Modernista, iniciado com a Semana de Arte Moderna, pode ser considerado como um evento de ruptura, uma vez que tinha como objetivo a elaboração de um ideário “genuinamente nacional”, que transcendesse as especificidades regionais e garantisse a unidade “espiritual” e territorial da nação. O que os intelectuais e letrados ligados ao movimento empreenderam, portanto, foi a “desgeografização” do país. Mário de Andrade, por exemplo, realizou pesquisas folclóricas com o intuito de produzir uma literatura pautada na fusão de sotaques, modismos sintáticos e expressões populares de todas as regiões do país. (BAGGIO, 1998, p.101). Entretanto, este mesmo autor, assim como muitos outros, enxergava certa supremacia da região Sudeste, tratando de forma bastante preconceituosa o povo nordestino, situando-os a meio caminho entre o primitivo e o civilizado. (BAGGIO, 1998, p.102).

Em contraposição a esse ideário, um outro discurso que parte do referencial inverso ao dos modernistas de São Paulo, vai ser elaborado de forma articulada no movimento encabeçado por Gilberto Freyre: o Movimento Regionalista. Segundo esta corrente, que deu origem ao “romance de 30”, para se conseguir a unidade devia-se pensar antes a diversidade, e neste sentido, pensar as regiões, e não uma coleção arbitrária de estados, como os verdadeiros elementos constitutivos da nação. Assim, para ser nacional era preciso, antes de tudo, ser regional e pensar o país desta forma, pois deste modo respeitar-se-ia a grande heterogeneidade de um Estado-nação de dimensões continentais tal como já era considerado o Brasil. (OLIVEN, 2004, p.194-196).

Assentando a identidade nacional no tripé “negritude, mestiçagem e lusitanismo” sob uma ótica extremamente positiva, Freyre ia ao encontro de demandas urgentes no Brasil dos anos 1930. Por enxergar a integração racial, étnica e cultural enquanto um fator de originalidade, ele indicava novas perspectivas de futuro.

Informado pelos estudos culturalistas que começavam a surgir na época, o sociólogo pernambucano defendia a ideia de que a miscigenação, longe de ser uma maldição, era um bem, um “valor herdado de integração racial, étnica e cultural e se

constituía em um fator de originalidade”. A herança de que se trata é a predisposição lusitana ao multiculturalismo e ao cruzamento racial e étnico afirmada historicamente desde a Reconquista e a construção do Império Ultramarino. Essa seria para ele a principal qualidade e importância da raiz lusa, que conciliava o Brasil com seu passado. Assim, mesmo sendo a “mistura de tudo”, o Brasil resultante era algo original, único e exemplar. (OLIVEN, 2004, p.180).

Além disso, ao atualizar a identidade brasileira frente aos novos tempos, Freyre valorizava a cultura e as tradições populares diante do materialismo e do cientificismo. Isso porque o “povo” era visto como “uma totalidade homogênea e autônoma, cuja atividade espontânea seria a mais alta expressão dos valores humanos e o modelo de vida ao qual deveríamos regressar”. (OLIVEN, 2004, p.194-196 e 199).

Mesmo sob a influência modernista, por buscar a reconstrução ou invenção de uma identidade nacional nova e por compartilhar da crença no caráter antropofágico da sociedade brasileira, que garantia a esta a sua originalidade, o autor divergia dos modernistas em muitos pontos. (OLIVEN, 2004, p.194; PESAVENTO, 2004, p.182).

Partindo do discurso de Mário de Andrade e de diversos escritores e artistas da Semana de 1922, um outro contraponto pode ser identificado no que se refere à influência estrangeira. Para eles, a influência estrangeira contemporânea não deveria ser negada, mas sim aproveitada ao máximo, pois “significava conhecimento de processos estéticos que engendraram vivências de outras culturas e que poderiam auxiliar na renovação e na elevação do padrão da produção brasileira”. (GOLDSTEIN, 2003, p.101).

Já Gilberto Freyre e os demais regionalistas denunciavam os malefícios do progresso e da importação de costumes e valores estrangeiros, entendidos como aqueles que diferem das raízes brasileiras, marcadas pela contribuição lusitana, africana e indígena. Em relação à possibilidade de padronização decorrente da conquista industrial do mundo, Freyre defendia que:

O perigo da monotonia cultural ou da excessiva unificação de cultura no continente americano provém da influência do industrialismo capitalista norte-americano, largamente dominado pela idéia de que o que é bom para o norte-americano deve ser bom para todos os outros povos da América. (FREYRE, 1947 apud OLIVEN, 2004, p.196).

Essa ideia vai ao encontro da crítica feita ao “hábito que nossas elites têm de arremedar os costumes que julgam modernos”, tendência apontada por Maria Isaura de Queiroz e próxima à noção das “idéias fora do lugar” de Roberto Schwarcz, que se

refere à “adoção de ideologias alienígenas, que eram então reelaboradas para se adequarem às necessidades locais”. (QUEIROZ, 1973; SCHWARCZ, 1977 apud OLIVEN, 2004, p.197-198).

Com a Revolução de 1930, o nacionalismo ganhou importância fundamental como parte do programa do governo, pois a elaboração de uma identidade compartilhada nacionalmente era essencial para a consolidação do novo Estado e, por isso, este tomou para si a tarefa de “construir” a nação. A partir de então, começa a ocorrer um processo de centralização com o deslocamento progressivo do poder, do âmbito regional para o nacional através do fortalecimento do aparelho de Estado. (OLIVEN, 2004, p.192).

Para além da centralização político-administrativa,

No plano da cultura e da ideologia, a proibição do ensino em línguas estrangeiras, a introdução da disciplina de Moral e Cívica, a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (que tinha a seu cargo, além da censura, a exaltação das virtudes do trabalho) ajudam a criar um modelo de nacionalidade centralizado a partir do Estado. (OLIVEN, 2004, p.192).

Este novo tipo de governo, que teve início na Era Vargas (1930-1945 e 1951-1954) e se estendeu ao longo dos governos de Juscelino, Jânio e Jango, caracterizou-se fortemente na ideia da personificação do poder e da nação na figura do presidente da República. Para tanto, o cinema, o disco, o teatro, o carnaval, o futebol e o samba foram evocados e associados à propaganda política dos respectivos governos como forma de criar um elo de identidade entre o povo e seu presidente, que enfaticamente era designado como um de seus iguais ou até mesmo como “pai”, no caso de Vargas.

Com base em um projeto industrial de cunho nacional-desenvolvimentista, o “pai dos pobres” promoveu a passagem de uma economia agrária para uma economia industrial através do modelo de substituição de importações. Ao mesmo tempo, o discurso de nação que se pautava na tradição agrária é desvalorizado em favor do industrialismo varguista, que associava o potencial econômico do país à força do capital privado, e às grandiosas indústrias de base criadas no período.

É válido lembrar que o ideal de “povo” a que Vargas aludia, era notoriamente relacionado aos trabalhadores urbanos, dos quais buscou incessantemente se aproximar e angariar apoio. Os trabalhadores rurais foram deixados de lado desse ideal, assim como as tradições agrárias que eles representavam. Sendo assim, os símbolos urbano-

industriais passaram a representar a nação, em contraposição ao imaginário simbólico representado pelo modelo rural que era associado aos governos oligárquicos anteriores.

Durante seu governo, Getúlio Vargas reuniu nomes importantes da intelectualidade brasileira em torno de si, tais como Carlos Drummond de Andrade, Oscar Niemeyer, Cândido Portinari, Manuel Bandeira e Mário de Andrade. (PAIXÃO, 1997, p.81; JOHNSON, 1995 apud GOLDSTEIN, 2003, p.47). Neste sentido, é importante ressaltar que o projeto cultural de Vargas abarcava correntes bastante heterogêneas da intelectualidade brasileira e com isso outros nomes como Cassiano Ricardo, Cecília Meireles, Vinícius de Moraes, José Lins do Rego e mesmo Gilberto Freyre também estavam de algum modo envolvidos com o governo, até por escreverem na revista *Cultura Política* e no jornal *A Manhã*, que eram órgãos oficiais do regime.

O Estado Novo percebia como sendo fundamental enfrentar o problema étnico e por isso o paradigma racialista da sociologia evolucionista foi sendo progressivamente substituído pelo da miscigenação, tal como aludia Freyre. Entretanto, mesmo tendo sido convidado pelo Itamaraty para formular uma política cultural nos anos 40, Gilberto Freyre não viu seu ideário nacional ser plenamente contemplado pelo governo Vargas. Ao defender uma visão de americanidade associada à latinidade, Freyre não via com bons olhos a política da Boa Vizinhança no que se refere ao seu caráter de expansão da “civilização” norte-americana. Assim, por mais que Vargas tivesse se alinhado aos EUA contra o Eixo, ele buscou barganhar algo em troca e internamente, nunca enfrentou a oligarquia regional, se sustentando em um jogo de forças opostas, tanto no âmbito político como no intelectual.

Para além do que já foi dito sobre Freyre, sua percepção da mestiçagem enquanto aspecto positivo da sociedade brasileira influenciou toda uma geração. Ele foi sem dúvida uma referência intelectual de relevância singular na vida e obra do escritor Jorge Amado, pois suas ideias podem ser fartamente identificadas no discurso do autor baiano dentro e fora de sua criação literária, principalmente no que se refere à temática da miscigenação. Mesmo que possam ser encontradas divergências políticas no discurso dos dois escritores, o ideário regionalista-nacionalista-mestiço parece ser um forte elo entre estes e suas obras.

Além disso, há provas de reconhecimento e respeito mútuo entre ambos, como consta em entrevista feita ao autor pernambucano em que este considera Jorge Amado, que era “muito seu amigo”, como um dos quatro gênios do país.<sup>3</sup> O autor baiano, por sua vez, em um de seus manuscritos, refere-se a Freyre como “imenso escritor, de

curiosidade desmedida” que “sabia tudo do Brasil e tudo nos ensinou” e a sua obra *Casa Grande e Senzala*, como a “maioridade” da cultura brasileira.<sup>4</sup>

Jorge Amado, entretanto, conseguiu uma publicidade e uma veiculação incomparável mesmo aos trabalhos do sociólogo Freyre por “combinar os elementos, sem receio de contradição ou falta de fundamentação, devido ao álibi de ser ficcionista e não acadêmico”. (GOLDSTEIN, 2003, p.294). Desta forma, Amado pode ser considerado o maior divulgador das ideias freyrianas por popularizá-las em suas obras.

Através da forma única como retratou o povo brasileiro e de como sua obra transcedeu o campo artístico-literário, Amado é ainda hoje um dos autores brasileiros mais lidos, conhecidos e reconhecidos em âmbito nacional e internacional. (GOLDSTEIN, 2003, p.20).

Tal como Freyre, o escritor sofreu grande influência do movimento modernista dos anos 1920. Entretanto, seguindo a matriz freyriana, o autor vai enveredar pelo caminho do regionalismo, sendo crítico à adoção de valores estrangeiros e identificando os malefícios do progresso. (OLIVEN, 2004, p.196). Soma-se a isso o fato de que os regionalistas como ele (Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos,...), alinhados ao chamado “romance de 30”, foram criticados pelos intelectuais paulistas da Semana da Arte Moderna por persistirem no realismo e no naturalismo documental (GOLDSTEIN, 2003, p.100), o que contribuía para a existência de certa disputa no campo ideológico.

Reconhecido pela ênfase contumaz que dedicava ao saber popular, ao sincretismo religioso e à miscigenação, em todas as suas formas, Jorge Amado nem sempre teve estes ideais tão presentes em seu discurso. Assim, *O País do Carnaval* (1931), seu primeiro livro, por exemplo, é marcado por uma espécie de “pessimismo artificial de jovem de 18 anos” (GOLDSTEIN, 2003, p.123) em relação ao povo brasileiro, próximo ao divulgado pelas ideias racistas do século XIX. O seu personagem principal, Paulo Rigger, por exemplo, pode ser considerado como uma alusão ao “pessimista” Paulo Prado.

Filho de fazendeiro de cacau, Jorge Amado passou a tomar consciência das questões sociais primeiramente pelo contato com os empregados da fazenda de seu pai em Ferradas, distrito do município de Itabuna, na Bahia e depois ao viver “misturado com o povo da Bahia” (GOMES, 1981, p.10), por volta de 1927. É nesta época também que o movimento modernista, que explodiu em São Paulo no ano de 1922, “chega” ao Nordeste e o autor, juntamente com outros literatos, fundam a Academia dos Rebeldes, grupo de jovens cujo objetivo era a renovação literária e a promoção de modificações na

sociedade. Apesar do início do contato com a cultura popular e com as ideias modernistas, o próprio romancista considera que o que produziu nesse momento era subliteratura (GOMES, 1981, p.11), uma vez que ainda não teria experiência de vida nem literária. (GOMES, 1981, p.16).

Mesmo que cada uma de suas obras represente o homem que Amado foi no momento em que as escreveu, podemos enxergar a unidade do conjunto se considerarmos que, em suas especificidades, elas simbolizam um processo de maturação humana e intelectual de seu criador. Além disso, para o próprio autor, o grande amálgama que vincula e perpassa toda a sua obra advém de seu posicionamento “ao lado do povo, contra os inimigos do povo”. (GOMES, 1981, p.29).

Assim, em *Jubiabá* (1935), romance que inaugura a fama internacional do escritor, Jorge Amado toca, pela primeira vez, diretamente na questão racial, enxergando-a sob o prisma marxista da luta de classes. Essa temática só alcançará uma reflexão mais profunda em *Tenda dos Milagres* (1969). (GOLDSTEIN, 2003, p.141).

Para além da militância política explícita que caracteriza alguns de seus livros, como *O Cavaleiro da Esperança* e *O Mundo da Paz*, a temática-chave principal que definirá a sua obra é sem dúvida a miscigenação, envolvendo o aspecto cultural, étnico e religioso do povo brasileiro. Através de seus romances de cunho folhetinesco, e, destacadamente, pelo uso do humor enquanto arma política (muito mais destrutivo e terrível do que qualquer panfleto político, segundo o próprio) (apud GOMES, 1981, p.30), o autor conseguirá uma penetração dos seus ideais maior do que qualquer trabalho essencialmente panfletário.

Tomando a Bahia enquanto ícone e símbolo de nacionalidade, por ser idealmente o pólo da miscigenação, ele constrói seu ideal de Brasil a partir da cultura popular e da dinâmica social baiana, transpondo-as à nação como um todo, sem deixar de entender as especificidades regionais que o país engloba.

Ao fazer uso de uma linguagem acessível e envolvente, similar à linguagem dos folhetins, tratando de temas populares, e ao exaltar a cultura popular, o discurso de Amado foi sendo adotado pelo povo brasileiro, ainda que boa parcela da população nunca o tenha lido. Seu universo ficcional alcançou visibilidade, sobretudo, através de outros meios de comunicação que não a literatura, tais como o cinema, a música, seriados, telenovelas etc. (GOLDSTEIN, 2003, p.298).

Além disso, pode-se dizer que um dos pilares de sustentação do seu sucesso e da sua representação de Brasil foi, principalmente, a forma peculiar como conseguiu

“captar as identidades sensoriais da cultura popular baiana, seus cheiros, sabores, temperos, padrões de beleza, formas de sexualidade”. Isso porque além de comunicar, acionar a memória e proporcionar prazer, os sentidos serviriam também como “construções simbólicas, capazes de demarcar fronteiras e categorias e reforçar identidades”. (GOLDSTEIN, 2003, p.241-242). Como todo artista, portanto, é segundo o modo como trabalha a lógica dos sentidos, que o romancista sensibiliza o público. Assim,

[...] consegue captar algo profundo do modo popular baiano de apreensão estética e sensível do mundo – que é imediatamente reconhecido pelo leitor brasileiro e fascina o leitor estrangeiro pelo exotismo. (GOLDSTEIN, 2003, p.243).

A partir desta análise, pode-se entender a popularização de sua imagem e de sua aldeia imaginária para além do campo literário, por exemplo, ao servir de enredo de escola de samba, temática da coleção de verão de grife de roupa, e também como inspiração para a criação de um megaprojeto turístico que prevê a construção de um parque ecológico que recriaria ambientes e personagens de Jorge Amado, similarmente ao famoso parque Disneylândia de Walt Disney. (GOLDSTEIN, 2003, p.227-233).

É interessante observar que ao mesmo tempo em que o universo amadiano foi criado com base em uma realidade específica, também ajudou a criá-la, a ponto de dar origem ao ditado que questiona se Jorge Amado criou a Bahia ou a Bahia criou Jorge Amado. (GOLDSTEIN, 2003, p.257).

Para além da imagem que o próprio autor ajudou a construir de si mesmo, ressaltando os aspectos mais antenados com a cultura popular em sua trajetória, a verdade é que ele se nutriu tanto do conhecimento popular quanto do acadêmico e viveu boa parte de sua vida viajando pelo Brasil e o mundo. Conheceu e fez amizades com personalidades de renome internacional, tal como Pierre Verger, Carybé, Lúkács, Pablo Neruda, Jean Paul Sartre, e Léopold Senghor, nacional, como Antônio Carlos Magalhães, José Sarney, Di Cavalcanti e Rachel de Queiroz e também, localmente famosas, como Mestre Didi, Mãe Menininha de Gantois e o pai-de-santo Procópio. Assim, sua rede de relações pessoais englobava indivíduos de nacionalidades, origens sociais e posições político-partidárias diversas.

O campo de influência do romancista e de suas ideias alcançava, por estes motivos, uma penetração ainda maior do que a cultural. Exercendo uma ampla

militância jornalística e política em 1945, Amado se torna candidato a deputado por São Paulo à Assembleia Constituinte, por decisão do Partido Comunista Brasileiro, e é eleito. Dentre suas ações como parlamentar, está a emenda que estabelece a liberdade religiosa e algumas outras em relação à cultura. (GOMES, 1981, p.22-23).

Jorge Amado conseguia, desta forma, transitar entre mundos distintos, tal como a divindade iorubá denominada Exu, que se tornara seu logotipo, aparecendo no papel timbrado de sua correspondência e na contracapa de seus livros. Por exercer o papel de “agente mediador”, que permite a comunicação de estratos sociais heterogêneos e acaba catalisando criações culturais, “é como se Amado tivesse sido um divulgador, um vulgarizador científico, que transitava entre duas esferas, a do saber erudito e a do saber popular”. (GOLDSTEIN, 2003, p.55-58). Ao misturar conscientemente o que lia, vivia e escutava, o romancista “borrava” as fronteiras entre mito e história, âmbitos estes que possibilitam respectivamente a continuidade e a transformação das sociedades. (GOLDSTEIN, 2003, p.295).

Partindo deste princípio, compreende-se melhor como que um militante do Partido Comunista, marxista e materialista, se uniria tão harmonicamente ao misticismo popular e às crenças religiosas, sobretudo àquelas representadas pelos cultos afro-brasileiros. Confundindo-se com seu personagem Pedro Archanjo, de *Tenda dos Milagres*, o autor diz que mesmo sendo materialista, seu materialismo não o limita. Além de afirmar que cumpria com o maior prazer as obrigações exigidas pelos títulos recebidos do candomblé, também relata que:

[...] não poderia escrever sobre a Bahia, ter a pretensão de ser um romancista da Bahia se não conhecesse realmente por dentro, como eu conheço, os candomblés, que é a religião do povo da Bahia. (AMADO apud GOMES, 1981, p.11).

Tendo tudo isto em vista, a obra que melhor encerra em si a visão de mundo e a representação de Brasil projetada por Jorge Amado é *Tenda dos Milagres*. Considerado por muitos críticos e intelectuais como paradigmático (GOLDSTEIN, 2003, p.173), o romance se destaca também por ser o mais estimado pelo seu criador, no conjunto de sua produção literária. (AMADO apud GOMES, 1981, p.11).

Enquanto uma obra da maturidade, publicada no ano de 1969, o próprio autor assim a sintetizava:

[...] trata-se da questão da formação da nacionalidade brasileira, da luta contra os preconceitos, principalmente o racial, contra a pseudociência, a pseudo-erudição europeizante [...]. (AMADO apud RAILLARD, 1992, p.105; apud GOLDSTEIN, 2003, p.173).

Neste, que também seria um romance de tese, onde a ideia da miscigenação aparece sob sua forma mais complexa, o objetivo do autor seria “contrapor os valores morais, religiosos e estéticos da cultura afro-brasileira ao artificialismo de uma modernização” que se caracterizaria pela influência de modelos culturais estrangeiros (OLIVEIRA, 2003, p.162), principalmente o norte-americano, durante o governo dos militares no Brasil.

### **Conclusão**

Observando o exemplo destes dois intelectuais brasileiros, pode-se fazer uma breve reflexão acerca das relações entre nação e regionalismo, intelectuais e políticas governamentais. Como vimos, o projeto de nação compartilhado por Freyre e Amado que se pautava no regionalismo, no tradicionalismo, na mestiçagem como algumas características intrínsecas à cultura nacional brasileira se aproximou estreitamente de projetos de governo, ganhando assim, direções políticas.

De forma semelhante ao que ocorreu durante o governo Vargas, sobretudo no Estado Novo, também durante o governo militar o regionalismo foi adotado enquanto base norteadora de políticas culturais, ainda que possamos encontrar pontos de inflexão. Isto porque,

Esse regionalismo nacionalista associado à valorização da mestiçagem permitia a construção de um discurso otimista sobre o Brasil e sua relação com outras nações. O pluralismo que definia a sociedade brasileira não era excludente, não causou rupturas; ao contrário, visto do plano externo, irmanava as mais diferentes regiões do país, edificando a nação. (MAIA, 2008, p.140).

Assim, ainda que o governo brasileiro tenha sofrido forte influência do ideal de modernização norte-americano, este processo não foi isento de restrições, contradições e negociações. Era necessário estar ancorado numa suposta “defesa de interesse da nação” para que ações autoritárias pudessem ser legitimadas indo ao encontro de políticas alinhadas à “ideologia de segurança nacional”. Desta forma, o regionalismo relacionado ao nacionalismo manteve-se presente no ideário intelectual e político brasileiro até o final da década de 1970. (MAIA, 2008, p.140).

Deve-se lembrar que este projeto de identidade nacional foi criado num momento em que a noção de cultura nacional incorporava concepções essencialistas da cultura, que remetiam à existência de uma alma ou essência nacional. Entretanto, é interessante observar que, no regionalismo, já se encontra a tônica da heterogeneidade e da coexistência de identidades plurais que não se excluem.

Em tempos de globalização, este discurso em torno do multiculturalismo se acentuará de forma radical. Tomando-se como referencial a produção intelectual de Néstor Garcia Canclini, Jesús Martín Barbero e Daniel Mato sobre o tema das identidades e dos processos de globalização, pode-se constatar novas maneiras de analisar os processos de interação simbólica a partir de críticas e rupturas em relação a formas pelas quais alguns intelectuais e líderes políticos vinham encarando a questão da identidade. (BERMUDEZ, 2002, p.80). Evitando-se tanto a visão romântica da concepção substancialista da cultura, como também a visão fatalista da pós-modernidade que preconiza a existência do homem “fragmentado”, estes autores concentram suas análises nos processos de transformação das identidades a partir das novas interações culturais dos atores e das relações de poder que então são construídas.

Não se trata, portanto, de analisar os riscos do desaparecimento das identidades locais e sim de entender como se reconstróem as identidades étnicas, regionais e nacionais em processos globalizados de fragmentação e hibridação cultural bem como, o caráter conflitivo de sua construção. (BERMUDEZ, 2002, p.83). A partir da tomada de consciência dos mecanismos de construção das identidades coletivas, abre-se a possibilidade de refletir sobre as identidades construídas nas práticas homogeneizadoras do mercado e sobre práticas políticas que são respaldadas por determinados discursos nacionalistas.

Artigo recebido em 23/03/2009. Aprovado em 01/09/2009.

***Regional Brazil of Freyre and Amado: links between national identity, history and literature.***

**Abstract:** This is a reflection about the question of the national identity from an inquiry in the field of the history of the intellectuals and the relations between history and literature. Objective to understand the logic of the processes of construction of felt to context the formation of models of national identity that are related with the direction lines of governmental politics. The approach of the study in two intellectuals who are considered interpreters of Brazil, contributes for the debate concerning the ideas of nation and regionalism as was conceived at the time of literary production of these authors and as they pass to be understood in globalization times.

**Keywords:** Gilberto Freyre. Jorge Amado. History and Literature. National Identity.

---

<sup>1</sup> Mestranda em História Contemporânea /UFF. E-mail: carolina\_calixto@ymail.com.

<sup>2</sup> Isso porque, segundo Umberto Eco (2004, p.1), obras literárias não são produzidas para fins práticos (como registros, comentários ou leis e fórmulas científicas). Além disso, segundo Adriana Facina (2004, p.9), elas envolveriam no trabalho de criação a preocupação estética com a linguagem.

<sup>3</sup> Os outros seriam ele próprio, Villa-Lobos e Aleijadinho. Cf. D'ANDREA, 1992, p. 204.

<sup>4</sup> Jorge Amado, "Dois mestres", manuscrito 640, pasta 22 do acervo da FCJA, 1987 apud GOLDSTEIN, 2003, p. 109.

## Referências:

AMADO, Jorge. *Tenda dos Milagres*. 36. ed. Rio: Record, 1987.

AMARAL, Adriana Facina Gurgel do. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

D'ANDREA, Moema Selma. *A tradição (re)descoberta*. Campinas: Unicamp, 1992.

AZEVEDO, Cecília. Identidades compartilhadas: a identidade nacional em questão. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Orgs.). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*, Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

BAGGIO, Kátia. *A "Outra" América: A América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas*. 1998. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

BERMÚDEZ, Emilia. Procesos de Globalización e Identidades. Entre espantos, demonios e espejismos. Rupturas e conjuros para lo "proprio" y lo "ajeno". In: MATO, Daniel (Org.). *Estudios y Otras Prácticas Intelectuales Latinoamericanas en Cultura y Poder*. Caracas: Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais (CLACSO) e CEAP, FACES, Universidade Central da Venezuela. 2002. p. 79-88.

D'ANDREA, Moema Selma. *A tradição (re)descoberta: Gilberto Freyre e a literatura regionalista*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.

DUTRA, Eliana. O não ser e o ser outro. Paulo Prado e seu Retrato do Brasil. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v.14, n.26 (2000), p. 233-252.

ECO, Umberto. On some functions of literature. In: *On literature*. 1. ed., Orlando: Harcourt Books, 2004.

EGLEATON, Terry. *Teoria da Literatura: uma introdução*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FACINA, Adriana. *Literatura e sociedade*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2004.

GOLDSTEIN, Ilana Seltzer. *O Brasil best seller de Jorge Amado: literatura e identidade nacional*. São Paulo: Editora Senac, 2003.



---

GOMES, Álvaro Cardoso. *Jorge Amado: literatura comentada*. 1. ed. São Paulo: Abril Educação, 1981.

MAIA, Tatyana de Amaral. “Otimismo” e “Regionalismo”: as faces da ação estatal no setor cultural (1966-1975). *Diálogos*, Rio de Janeiro, UERJ, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, v.2, n.2, p. 135-145, jun. 2008.

MONTERO, Paula. Globalização, identidade e diferença. *Novos estudos CEBRAB*, n.49, nov. 1997, p. 47-64.

NEVES, Margarida de Souza. Literatura: prelúdio e fuga do real. *Tempo*, Rio de Janeiro, v.9, n.17, p.79-104, jul.-dez. 2004.

OLIVEIRA, Humberto Luiz L. de. Celebração da heterogeneidade: imagens do outro nas ficções literárias do Brasil, Quebec e Turquia. In: OLIVEIRA, Humberto Luiz de; SOUZA, Lícia Soares de (Orgs.). *Heterogeneidades: Jorge Amado em diálogo*. 2. ed., Feira de Santana, UEFS, 2003.

OLIVEN, Ruben George. Gilberto Freyre e a questão regional. In: AXT, Gunter e SCHÜLER, Fernando (Orgs.). *Intérpretes do Brasil*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004.

PAIXÃO, Fernando (Org.). *Momentos do livro no Brasil*, São Paulo, Ática, 1997

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Negritude, mestiçagem e lusitanismo: o Brasil positivo de Gilberto Freyre. In: AXT, Gunter e SCHÜLER (Orgs.). *Intérpretes do Brasil*, Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Do rural e do urbano no Brasil. In: QUEDA, Oriowaldo e SZMERESÁNY, Tamás (Orgs.). *Vida rural e mudança social*, São Paulo, Editora Nacional, 1973.

RAILLARD, Alice. *Conversando com Jorge Amado*, Rio de Janeiro: Record, 1992.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.